

Presente eterno e história do tempo presente: encontros, controvérsias e possibilidades

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 Rogerio Rosa

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis, SC – BRASIL
lattes.cnpq.br/1738939950525949
rogerio.rodrigues@udesc.br

 orcid.org/0000-0002-5189-7095

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180316432024e0103>

Recebido: 12/11/2024

Aprovado: 02/12/2024

Editor Responsável (Convidado):

Emerson Cesar de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina

orcid.org/0000-0002-1455-4528



Presente eterno e história do tempo presente: encontros, controvérsias e possibilidades

Resumo

Em 9 de fevereiro de 1914, o ideal de uma sociedade igualitária, representado pela Santa Irmandade dos monges José e João Maria, foi interrompido pelo bombardeio da Cidade Santa de Taquaruçu, conduzido por uma aliança de coronéis, políticos e militares de Santa Catarina, região sul do Brasil. Quase um século depois, esse projeto de sociedade ressurgiu através do grupo cultural Renascença Cabocla, fundado por descendentes de devotos dos monges. Este artigo investiga a continuidade dos valores religiosos e sociais da Irmandade ao longo do tempo, destacando o papel de Taquaruçu na memória do conflito chamado Guerra do Contestado e como o grupo Renascença Cabocla mantém vivos esses ideais no presente. Com base em discussões teóricas sobre a história do tempo presente e influenciado pela concepção de temporalidade de Gilles Deleuze, o estudo propõe uma reflexão sobre a coexistência entre o passado e o presente. Identifica-se, assim, no ideal da Santa Irmandade vivido brevemente em Taquaruçu e no grupo Renascença um "tempo alargado e sagrado", que transcende a cronologia linear. Essa abordagem sugere uma revisão da temporalidade histórica que orienta a história do tempo presente, introduzindo a noção de um "tempo eterno" — um presente contínuo e expansivo, como elaborado por Deleuze ao discutir a estrutura do acontecimento entre os tempos Cronos e Aion. Dessa forma, propõe uma ampliação da concepção de tempo histórico que orienta, via de regra, a noção temporal que serve de base epistemológica a história do tempo presente, tal como tem sido debatida e praticada na atualidade.

Palavras-chave: temporalidade histórica; acontecimento; Guerra do Contestado; presente eterno; Aion e Cronos; história do tempo presente.

Eternal Present and History of the Present Time: Encounters, Controversies, and Possibilities

Abstract

On February 9, 1914, the ideal of an egalitarian society, represented by the Holy Brotherhood of monks José and João Maria, was interrupted by the bombing of the Holy City of Taquaruçu, led by an alliance of coronels, politicians, and military from Santa Catarina, southern Brazil. Almost a century later, this societal project resurfaced through the cultural group Renascença Cabocla, founded by descendants of the monks' devotees. This article investigates the continuity of the Brotherhood's religious and social values over time, highlighting Taquaruçu's role in the memory of the conflict known as the Contestado War and how the Renascença Cabocla group keeps these ideals alive in the present. Based on theoretical discussions about the history of the present and influenced by Gilles Deleuze's concept of temporality, the study proposes a reflection on the coexistence between the past and the present. Thus, it identifies in the ideal of the Holy Brotherhood, briefly lived in Taquaruçu, and in the Renascença group an "extended and sacred time" that transcends linear chronology. This approach suggests a revision of the "historical temporality" that guides the history of the present, introducing the notion of an "eternal time" - a continuous and expansive present, as elaborated by Deleuze when discussing the structure of the event between the times of Cronos and Aion. In this way, it proposes an expansion of the conception of historical time that, as a rule, guides the temporal notion that serves as the epistemological basis for the history of the present, as it has been debated and practiced today.

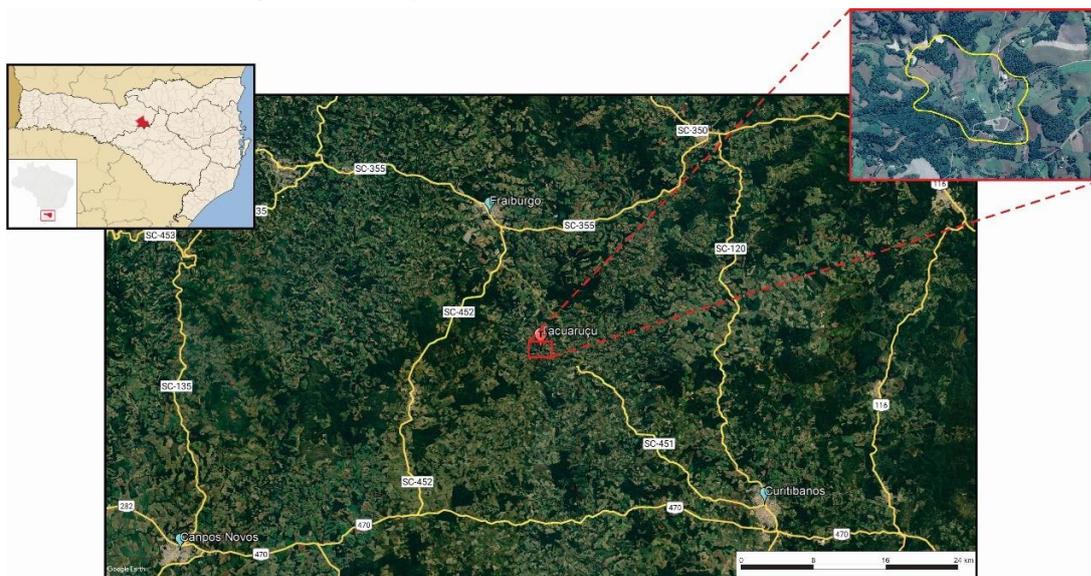
Keywords: historical temporality; event; Contestado War; perpetual present; Aion and Cronos; history in the present time.

Introdução

Em 9 de fevereiro de 1914, a comunidade de Taquaruçu, que se autodenominava "Santa Irmandade dos monges José e João Maria" e buscava uma sociedade igualitária, foi atacada por forças governamentais. A aliança entre coronéis, políticos e militares do oeste catarinense resultou no bombardeio da cidade. Quase um século depois, descendentes dos participantes desse movimento socioreligioso, conhecido como Guerra do Contestado, fundaram o Grupo Cultural Renascença Cabocla (GCRC). O objetivo era reviver os ideais da Santa Irmandade e reconstruir uma comunidade baseada nos princípios de igualdade e fraternidade por meio de celebração de tradições, crenças e práticas herdadas dos antepassados.

Conforme pode ser observado no mapa abaixo (Imagem 1), a comunidade de Taquaruçu está situada no Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. A paisagem dessa região é marcada pela presença da Mata Atlântica, embora na atualidade grande parte tenha sido convertida em áreas agrícolas e pastagens. A região apresenta um relevo montanhoso, com altitudes que variam significativamente, o que influencia diretamente no clima e na vegetação local. A mata ombrófila mista, uma subdivisão da Mata Atlântica, é predominante na região. Essa formação vegetal é caracterizada pela presença de árvores de grande porte, como araucárias, imbuias e cambuiás, além de uma rica biodiversidade. No inverno as temperaturas caem e pode chegar a zero grau. Esses fatores climáticos e da paisagem natural foram fundamentais para o sistema de povoamento da região, assim como para configurar estratégias de ocupação do território. Durante a Guerra do Contestado, tais características também foram importantes tanto para a estratégia de ataque militar, quanto para as táticas de defesa dos rebeldes.

Imagem 1 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Google Earth, 2024.

Entre o bombardeio de 1913 e a atual organização do Renascença Cabocla muitos acontecimentos se sucederam. No entanto, algumas lógicas de estrutura social e religiosa permaneceram. O que há em comum entre os dois momentos históricos é o mote para a abordagem analítica que segue. Isso porque, passados cem anos do massacre de Taquaruçu (denominação pela qual ficou conhecido historicamente), tendo sido multiplicadas as cidades santas entre março de 1914 e julho de 1916; tendo permanecido, na caracterização dos que viveram nas cidades santas, a pecha de fanáticos e bandidos; tendo a associação entre exército, coronéis e igreja conseguido destruir todas as cidades santas posteriores, prender algumas lideranças, executar outras; assombra quem trafega nas pesquisas sobre o conflito perceber que o sonho da Santa Irmandade segue vivo na atualidade.

Qual o lugar de Taquaruçu na história e na memória social e historiográfica da Guerra do Contestado? Como articular a história dessa experiência, ocorrida no início do século XX, com a temporalidade comum ao campo que, na história da historiografia, denominamos como história do tempo presente (HTP)? Para responder essas questões, põe-se à prova a hipótese de que malgrado os revezes e as próprias estruturas narrativas sobre o Contestado, esse episódio histórico foi central para os desdobramentos futuros da organização sociopolítica da Santa Irmandade, bem como para o enquadramento de uma memória social e religiosa que persiste no século XXI. E tudo isso à revelia, ou por causa, do acúmulo de

mais de um século de produções midiáticas e historiográficas sobre o Contestado. Taquaruçu resistiu e hoje renasce não tanto em discursos, mas na lógica de um movimento que dança, que mantém acesa a devoção ao monge, que revive experiências básicas experimentadas na vida curta (porque interrompida) das cidades santas do início do século XX. Dito de forma direta, será defendida a hipótese de que o Renascença Cabocla e a Cidade Santa de Taquaruçu estão conectados por uma mesma temporalidade histórica: a de um presente eterno, alargado, único.

Para defender esse argumento, propõe-se, primeiro, fazer uma apresentação sobre as discussões acerca das balizas temporais da história do tempo presente a partir da historiografia recorrentemente convocada para fundamentar teórica e metodologicamente o campo. Nesse mesmo tópico será inserido o debate sobre a temporalidade do acontecimento, tal como abordada pelo filósofo Giles Deleuze. Na sequência, propõe-se apresentar o que foi o massacre de Taquaruçu, destacar seu impacto para os contemporâneos do conflito e, por fim, analisar sua potência, revivida no presente, por meio da existência de uma organização cultural chamada Renascença Cabocla, doravante apresentada como Renascença.

Em que medida a Cidade Santa, materializada no ano de 1914 na Taquaruçu de São João e São José Maria, e no século XXI no Renascença, é tanto múltipla, quanto uma só? É tanto presente, quanto passado? Com base nesses questionamentos, será defendido que Taquaruçu e Renascença estão conectadas por meio de um tempo histórico alargado que subverte a ordem cronológica e se situa em um presente divino, cujo patrono não é Cronos, mas Aion. Subjaz a essa análise o desejo de intervir no debate historiográfico contemporâneo sobre as balizas temporais da história do tempo presente, acrescentando, aos marcos cronológicos, o debate sobre a dupla estrutura temporal do acontecimento.

As fontes mobilizadas para a produção dessa análise vão desde relatos colhidos e produzidos por militares no calor da hora, ou seja, no momento de repressão ao conflito, a memórias de sobreviventes do Contestado, depoimentos de pessoas registrados em documentários históricos e perfil do grupo Renascença em rede social.

A história do tempo presente, o acontecimento e o tempo histórico

Uma vez consolidada como campo de estudo histórico, a história do tempo presente passou a enfrentar um desafio: definir com precisão quando começa o período que ela analisa. Historiadores dedicados a esse campo têm se questionado sobre os marcos cronológicos que marcam a transição para o "presente", um conceito que se mostra fluido e em constante transformação. Influenciados pela crítica de François Simiand ao "ídolo cronológico" (Simiand, 2003), no início do século XX, esses pesquisadores têm buscado superar a fixação da comunidade historiadora em delimitar quando começa exatamente o presente anunciado no título do novo campo historiográfico.

O primeiro diretor do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), François Bédarida (2006), defende que a história do tempo presente é "a nova oficina de Clio." Acompanhado de demais membros do mesmo instituto, o historiador fala que a guinada historiográfica para o presente, iniciada pela abordagem desenvolvida no seio do IHTP, abriu uma fenda no debate sobre a temporalidade histórica. Guinada, justifica o autor, por ter enfrentado e confrontado as relações complexas entre história e memória, entre as demandas identitárias e a chamada crise dos paradigmas das ciências sociais tão vivamente debatido nos anos setenta.

Atento ao fato de que o presente, como tempo histórico, é da ordem da fluidez, do acidental e do que passa, havendo, na linguagem consolidada por Reinhart Koselleck (2006), presente no passado, presente no porvir e um presente da ordem do agora, Bédarida estabeleceu que a história do tempo presente se constitui de balizas temporais móveis, ou de moradas provisórias, visto que o presente se atualiza indefinidamente, podendo, com o passar do tempo, se transformar em passado- passado. E foi esse passado distanciado, separado do presente, que permitiu e estruturou a emergência da história como disciplina no século XIX.

François Dosse (2012) e Christian Delacroix (2018) defendem que a principal característica da história do tempo presente é a revisão da própria noção de tempo histórico. Assim como Bédarida, eles acreditam que essa nova abordagem representa uma ruptura epistemológica na disciplina. No entanto, ao analisarmos os debates mais aprofundados sobre o tema, percebemos uma grande

preocupação em estabelecer um marco cronológico preciso para separar o presente do passado. Na América Latina, a historiadora Eugenia Allier Montaño (2020) propõe que esse marco seja definido pela memória da última testemunha de um determinado evento, seguindo a ideia do historiador espanhol Julio Aróstegui (2004).

Em sua obra *A Última Catástrofe* (2016), Henry Rousso busca definir um marco mais preciso para o início da história do tempo presente. Ele sugere que a última grande catástrofe mundial poderia servir como esse ponto de partida. A proposta, aparentemente mais precisa que a de Bédarida, permitiria adaptar os recortes cronológicos das ditaduras militares da América Latina como marcos basilares para definir quando começa a história do tempo presente fora do território europeu. Proposta que imediatamente agradou a comunidade historiadora latinoamericana, sobretudo no Brasil.

Em que pesem os aparentes avanços da proposta de Rousso (2016), quando escrutinamos o sentido de catástrofe por ele construído, somos surpreendidos por uma definição que, em última análise, coloca os eventos traumáticos da Europa como paradigmáticos para toda e qualquer história do tempo presente. Além disso, mantém-se na lógica disciplinar moderna que solicita do historiador da história do tempo presente o recuo do próprio presente, da testemunha, da memória, para que ali se instaure a pesquisa historiográfica.

Como bem diagnosticado por Walderez Ramalho, no enfrentamento desse debate é preciso separar questões de metodologia e de epistemologia. Ressalta o autor:

A conceituação do tempo presente como um *período* histórico, que se expressa na definição dos seus marcos de início, está sustentada em uma concepção de temporalidade que, em seu aspecto formal, se mantém presa aos pressupostos da representação do tempo histórico herdada do século XIX. E, como tenho argumentado ao longo deste artigo, o princípio básico dessa representação reside na distinção qualitativa entre passado e presente. Afinal, só se pode declarar que o presente tem um começo identificável no fluxo temporal à medida que ele esteja individualizado com relação aos períodos históricos anteriores. Portanto, ao delimitar a singularidade da história do tempo presente por meio da lógica da periodização, reintroduz-se pela porta dos fundos o mesmo princípio de representação do tempo histórico que a própria história do tempo presente teve de se confrontar no contexto de sua institucionalização. E, embora essa

reintrodução ocorra sob o argumento de que é possível, sim, historicizar o tempo que se encontra a jusante da fronteira que separa o presente do passado, o próprio ato de estabelecer essa fronteira permanece inquestionado, de modo que o “tempo presente” passa a ser entendido, nesses termos, como um período histórico (Ramalho, 2023, p. 7).

Ao discutir metodologia e epistemologia na história do tempo presente, é fundamental considerar que essas reflexões não estão isoladas de questões políticas. Conforme aponta Maria Inés Mudrovic, a periodização histórica é um ato político. Em suas palavras: “Ao periodizarmos, fazemos mais do que falar sobre o tempo: discriminamos, por exemplo, quem ou o que pertence ao passado ou ao presente” (Mudrovic, 2021, p. 4). Se queremos levar a sério a responsabilidade ética do historiador, como defende Bédarida (1998), é necessário aprofundar a análise dos desafios epistemológicos e ontológicos que a história do tempo presente nos coloca. Isso implica questionar a própria construção do passado pela tradição histórica do século XIX, buscando novas formas de pensar o tempo histórico.

É nessa seara que parecem vir as contribuições mais recentes da história do tempo presente, a saber, a que se preocupa menos com o corte cronológico que separa presente do passado, e mais com a própria interrogação sobre a temporalidade do presente, a forma como os presentes do passado circulam, habitam ou irrompem no presente do historiador e da historiadora. François Dosse, por exemplo, defende que a “verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado” (2011, p. 6). Christian Delacroix (2018) acompanha as formulações propostas por Dosse e as entrelaça com algumas reflexões acerca do presente do passado, em especial os que foram interrompidos, mas permanecem latentes. Com isso, defende que a singularidade da história do tempo presente não é tanto sua fronteira cronológica:

Inversamente, em uma perspectiva segundo a qual o tempo histórico é heterogêneo e descontínuo, o presente é então pensado, para retomar a fórmula de Walter Benjamin, como um “entrelagos” de tempos diferentes, uma “pluralidade de tempos copresentes” feito de surgimentos, de reapropriações, de retomadas do passado – de “pós-golpes” – e ressoa “passados que não passam”, “passados não resolvidos”, “possíveis do passado não realizados” (Delacroix, 2018, p.71).

Maria Inés Mudrovcic vem explorando a categoria de políticas do tempo e tem proposto que a relação do passado com o presente deve ser observada inicialmente mais pela relação que este estabelece com o que veio antes, do que com uma perspectiva naturalizada de passado em si. Fundamentada na teoria da performatividade do filósofo britânico John L. Austin, ela afirma que

As políticas do tempo consistem em um conjunto de operações que, ao sancionar o que é próprio ou característico do presente, constroem um 'outro', excluindo-o diacronicamente ou sincronicamente daquele presente. O outro é anacrônico (Mudrovcic, 2021, p. 6).

A dúvida sobre o presente histórico, tanto em sua dimensão cronológica, quanto epistemológica, não é banal, pois, como sabemos, o nascimento da história como disciplina colocou o presente sob suspeita. Mais que isso, determinou que tudo que fosse recente, vivo, aquecido no tempo histórico identificado como o presente vivido pelo historiador (à época aplicado tão somente no masculino), deveria ser intocado. No entanto, na nova oficina de Clio tal concepção não apenas se sustenta, como é a base do campo da história do tempo presente.

Atentos a esse desvio pelo debate epistemológico sobre a temporalidade histórica do presente, e do passado (ou da relação, sempre movediça que o presente estabelece com seus passados), propõe-se adentrar no debate por outras vias: a que revisa o sentido de acontecimento e sua espessura temporal. Acontecimento que esteve no centro da discussão que fez emergir a história como campo disciplinar próprio nos oitocentos. Desvio que passa pela convocação do pensamento do filósofo Giles Deleuze para o debate, em especial a temporalidade Aiônica que ele identifica na estrutura acontecimental. Análise, que somada às contribuições recentes sobre a temporalidade histórica da história do tempo presente, deseja introduzir alguma novidade na discussão.

Mas antes de abordar a temporalidade do acontecimento, é preciso explorar como ele é compreendido pelo filósofo. E antes dele, pelos historiadores. No Dicionário das Ciências Históricas, encontramos o verbete escrito por Olivier Dumoulin chamado: História *Événementielle*, ou acontecimental (sic). Ao historicizar a trajetória do acontecimento na historiografia, o autor afirma que na abordagem

positivista ele aparece como sinônimo de fato histórico. Mais precisamente, como aquilo que “deixa um rastro único e singular, o que marca a história por suas consequências imutáveis e particulares” (Dumoulin, 1993, p. 315). Se aplicado tão somente com essa concepção, o flanco da cientificidade da história ficaria comprometido, pois o encadeamento de fatos/acontecimentos não teria muito a revelar, tampouco a contribuir, para o avanço historiográfico, especialmente se almeja explicar e compreender não apenas o acontecimento em si, mas seus desdobramentos no futuro do passado, assim como possíveis causas e consequências de sua emergência em determinada época e contexto.

Dumoulin ressalta que “hoje em dia, o acontecimento, que se tornou sintoma, ponto de observação, reflexo das estruturas e agente de sua evolução, não é mais incompatível com a ambição científica” (Dumoulin, 1993, p. 315), ou seja, o acontecimento ganhou outras abordagens que não aquela de sacrário, do sentido histórico supostamente imune aos afetos e ideologias após passado pelo crivo da crítica. A perspectiva recente, anunciada na abordagem de Dumoulin, parece tributária da reflexão proposta por Pierre Nora (1995) ao falar do retorno do fato na historiografia, em especial pelo papel ocupado pela mídia ao retirar do domínio do historiador a exclusividade da fabricação do fato histórico. Não parece acidental que, tanto Dumoulin, quanto Nora, citam o caso Dreyfus como divisor na desestruturação da lógica do fato histórico como algo que a nova história poderia jogar na vala comum da história *Événementielle*. A partir da defesa desses autores, o fato histórico retorna (o retorno do fato é o título do texto de Pierre Nora) como parte do estudo das representações, do imaginário social, daquilo que pulsa no presente, mas que pode estar alinhado às velhas estruturas. Em síntese, como “pulsões coletivas” que revelam mais do que se diz, se vê ou se apresenta.

Em que pesem as contribuições que tal perspectiva indica para o campo da história do tempo presente, o sentido de acontecimento trabalhado por Deleuze trafega por outras ondas temporais. O autor reconhece que o acontecimento funda um momento histórico. Que ele delimita um corte entre passado e futuro. Reconhece, inclusive, que, por meio dele, pode-se captar sinais tanto de passados concretos (realizados ou encarnados no presente cronológico),

quanto de “passado puro” ou “em si” (o que reúne tudo que o acontecimento desejou, mas não realizou). Mais que isso, que, a partir dele, a depender da perspectiva intelectual, pode derivar uma série de eventos, como uma espécie de descendentes comuns desse mesmo acontecimento.

Diz o filósofo:

Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna (Deleuze, 2015, p. 154).

No entanto, Deleuze destaca que, para além daquilo em que o acontecimento encarna (o presente vivido, aquilo que acontece, o acidental), ele também possui uma dimensão não corporal. Em sua reflexão, todo acontecimento é duplo. De um lado aquilo que se realiza, de outro, aquilo que restou, que o fez manifestar-se como tal. Diz o autor: “cada acontecimento é como a morte, dupla e impessoal em seu duplo” (Deleuze, 2015, p. 154). Afirma também: “Há, pois, duas concretizações, que são como a efetuação e a contra-efetuação” (Deleuze, 2015, p. 154). Em síntese, o que a comunidade historiadora tem trabalhado, ainda que em diferentes abordagens, é aquilo que se efetua, o acidental do acontecimento. Sua face de contra-efetuação, sua dimensão não concretizada, o caráter do ser do acontecimento, não tem aparecido nos debates que problematizam a temporalidade histórica, ao menos no interior do passado do campo da história do tempo presente. E é nessa fenda que este artigo busca contribuir ao introduzir o sentido deleuziano de acontecimento.

O filósofo ressalta que a parte do acontecimento que se efetua é da ordem de Cronos, enquanto a que não se efetuiu está sob a égide de Aion. Divindade esta que rege o tempo sagrado, aquele, cuja presença se faz eterna. Na síntese que faz sobre o tempo regido essas duas temporalidades, Deleuze as contrapõem da seguinte forma:

Enquanto Cronos exprimia a ação dos corpos e a criação das qualidades corporais, Aion é o lugar dos acontecimentos incorporais e dos atributos distintos das qualidades. Enquanto Cronos era inseparável dos corpos que o preenchiem como causas

e matérias, Aion é povoado de efeitos que o habitam sem nunca preenchê-lo. Enquanto Cronos era limitado e infinito, Aion é ilimitado como o futuro e o passado, mas finito como o instante. Enquanto Cronos era inseparável da circularidade e dos acidentes desta circularidade como bloqueios ou precipitações, explosões, desencaixes, endurecimentos, Aion se estende em linha reta, ilimitada nos dois sentidos. Sempre já passado e eternamente ainda por vir, Aion é a verdade eterna do tempo, que se liberou do seu conteúdo corporal presente e por aí desenrolou seu círculo, se alonga em uma reta, talvez tanto mais perigosa, mais labiríntica, mais tortuosa por esta razão [...] (Deleuze, 2015, p. 170).

A temporalidade regida por Aion, portanto, não se exprime pelos cortes temporais, pela materialidade do presente que se multiplica, infinitamente, em presentes do passado, presentes do futuro e presentes do presente, mas como a ação é da ordem do que não é corporal, do que não se materializou, ele é finito, como o instante, mas ilimitado enquanto corpo. Como dito pelo filósofo, Aion é a verdade eterna do tempo, ele se alonga em linha reta, em um presente alargado, também sem limites corporais como o deus que o rege. Perscrutar a temporalidade do presente eterno é, portanto, encontrar uma conexão, uma convivência comum no ilimitado do acontecimento. É localizar, na estrutura corporal de Cronos, não somente o que se materializa, mas também o que escapa. Em outras palavras, esse exercício reflexivo inclui identificar historicamente “uma espécie de salto no próprio lugar de todo o corpo que troca sua vontade orgânica por uma vontade espiritual, que quer agora não exatamente o que acontece, mas alguma coisa *no* que acontece” (Deleuze, 2015, p. 152).

A ideia de um presente expandido, que engloba passado e futuro simultaneamente, provoca uma mudança significativa na forma como os historiadores concebem o tempo. Essa nova perspectiva desafia a tradicional organização cronológica da história, abrindo caminho para uma análise mais complexa e dinâmica da temporalidade. Ao questionar a linearidade do tempo, essa abordagem amplia o escopo da pesquisa histórica, permitindo uma investigação mais profunda das relações entre o presente e os diversos passados históricos.

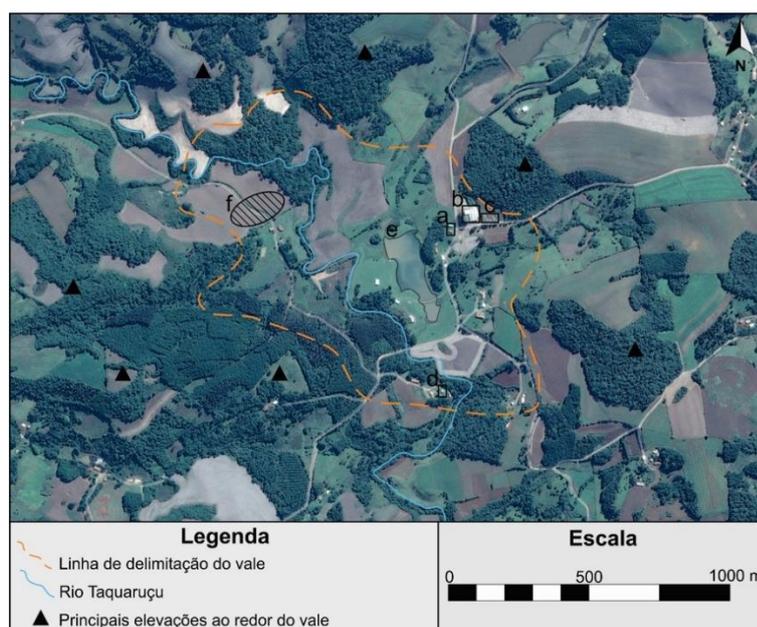
Neste trabalho, utilizaremos a concepção de presente divino, proposta por Deleuze, para analisar o massacre de Taquaruçu, ocorrido durante a Guerra do Contestado. Muito além do fato histórico em si, o que se efetuou em 8 de fevereiro de 1914, esse evento representa a materialização de um projeto mais

amplo: a criação da Santa Irmandade. A análise do grupo cultural Renascença Cabocla, movimento contemporâneo a nós e que mantém fortes ligações com Taquaruçu, nos permitirá explorar a dimensão espiritual e atemporal desse acontecimento, demonstrando como o presente divino se manifesta na história.

A Cidade Santa

O museu do Jagunço é hoje um espaço situado no vilarejo de Taquaruçu de Cima. Ele faz parte do município de Fraiburgo e pertence ao Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. Taquaruçu dista da capital, Florianópolis, cerca de 350 km e foi palco de um episódio histórico conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916). Conforme pode ser visto no mapa abaixo (Imagem 2), no pequeno complexo comunitário de Taquaruçu, constam, atualmente, além do museu (a), uma igreja (b) e o cemitério (c). Destaca-se na paisagem um grande açude (e). É esse espaço, atualmente coberto de água, que no passado foi ocupado pela Cidade Santa projetada pela Santa Irmandade. À esquerda do açude avistamos o local que a força de artilharia do exército tomou posição e bombardeou a comunidade em 1914 (f). Não muito distante dali está a sede do grupo Renascença Cabocla (d).

Imagem 2 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Google Earth, 2024.

O museu foi criado em 2003. Ele é composto de objetos tais como armas, utensílios comuns dos habitantes da região, além de cartas e fotografias. Esse material foi reunido por um habitante local, Pedro Aleixo Felisbino. Segundo Luiz Carlos da Silva, Felisbino construiu o museu a partir de objetos encontrados por ele e por moradores locais no processo de lida do trabalho rural. Eram cartuchos de projéteis bélicos e fragmentos de bombas, objetos que apareciam na terra revolvida durante seu preparo para a agricultura. Era como se a terra, vitimada pela tragédia do bombardeio militar de 1914, vomitasse aos presentes aquilo que outrora foi obrigada a engolir. Ao comparar o Museu do Jagunço com outros museus catarinenses dedicados ao conflito, Silva afirma: “Garimpando objetos e memórias de sobreviventes da guerra, bem como de seus descendentes, conseguiram (Pedro Felisbino e sua esposa Lora de Lorenzi) formar coleções que tinham como característica principal as memórias dos próprios caboclos, resultando em um acervo muito distinto dos demais museus” (Silva, 2023, p. 412).

No início do século XX, Taquaruçu estava sob a jurisdição de Curitiba, e, antes disso, era terra indígena Xokleng. Conforme nos conta Felisbino, “Taquaruçu foi berço de imponentes pinheiros que surpreenderam os bandeirantes e posteriormente os tropeiros que tinham passagem pela comunidade” (Felisbino, 2013 p. 13). O mesmo autor menciona que foram os antigos habitantes que deram nome à região. Nome originado do vasto taquaral que disputava a paisagem local com os pinheirais.

Taquaruçu se concretizou como a primeira Cidade Santa em novembro de 1913. Tudo começou após os sonhos de Teodora. Ela anunciou que o líder religioso, morto na batalha do Irani em outubro de 1912¹, recomendara que seus devotos para essas terras se dirigissem e ali criassem uma comunidade. Recomendação

¹ Ocorrido nos Campos do Irani, fronteira do Paraná com Santa Catarina, o confronto militar entre o regimento de segurança do Paraná com os seguidores do monge José Maria terminou em tragédia, culminando na morte do comandante da operação militar, mas também do próprio monge. Os seguidores de José Maria que retornaram para suas casas após a batalha, assim como outros e outras que acreditavamem sua santidade, é que deram os primeiros passos para a criação da Santa Irmandade. Os sonhos de Teodora, relatados praticamente doze meses após a batalha, mobilizaram diversas famílias a deixarem seus pertences e viverem em comunidade na Cidade Santa de Taquaruçu. Para uma análise detalhada da Batalha do Irani, ver o livro de Gabriel Kunrath (2023). Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2023/09/Livro-Gabriel-Carvalho-Kunrath.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2023/09/Livro-Gabriel-Carvalho-Kunrath.pdf). Acesso em: 8 nov. 2024

que foi imediatamente amparada e acatada por homens e mulheres que acreditavam na santidade do monge, em sua maioria, pequenos proprietários de terra ou posseiros locais. A Cidade Santa seria por ele, José Maria, regida junto com uma falange de santos e anjos, entre os quais São Sebastião, São Jorge, Santo Antônio e Nossa Senhora.

Entre novembro de 1913 e fevereiro de 1914, a comunidade tinha passado por diversas lideranças conhecidas entre os fiéis, como crianças santas ou crianças virgens: Teodora, 11 anos; Manoel, 18 anos e Joaquim, 11 anos. Todos da família de Querubina e Eusébio Ferreira dos Santos. No centro da comunidade havia uma igreja, ao seu redor casas de madeira com telhado de folhas de palmeiras. Na organização social e política dessa comunidade havia um comandante, geralmente uma das crianças santas², um grupo de guerreiros nomeados de Pares de França³ e uma estrutura quadrangular na frente da igreja: o Quadro Santo. Nesse espaço se realizavam as formas, ou seja, os encontros matinais e vespertinos que serviam para fazer recomendações sobre as atividades coletivas do dia, distribuir tarefas, compartilhar os alimentos e anunciar novas ordens dadas, geralmente em sonho, pelo monge.

Os habitantes eram, em sua maioria, pequenos proprietários de terras ou posseiros, que tinham rompido os laços de dependência com as lideranças políticas locais, chamadas de coronéis. Essas mulheres e homens desejavam colocar em prática aquilo que ficou conhecido como o sonho do milênio igualitário, ou seja, a organização de uma sociedade em que todos tivessem terra e comida, em que pudessem ter liberdade de estabelecer as regras de convivência a partir de estruturas religiosas, políticas e culturais próprias. Um desejo que, por sua natureza, afrontava a autoridade política de quem, há séculos, mantinha a população sob o jugo da subordinação: grandes proprietários de terras, políticos de carreira, membros da igreja e das forças militares. O desejo de

² Após o massacre de Taquaruçu as cidades santas foram governadas por adultos, entre eles Adeodato Ramos, último comandante rebelde do Contestado.

³ Grupo de elite na estrutura da Santa Irmandade. Tinha o papel de tomar a frente nas batalhas, de arrebanhar alimentos entre os fazendeiros da região, servir de conselho para o comandante e outros. A relação dos Pares de França com a Gesta Carolíngia foi pesquisado por Monteiro (MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974) e Espig (ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002).

uma sociedade autônoma e igualitária, foi o que afrontou essas autoridades e motivou o massacre a Taquaruçu.

O massacre de Taquaruçu

No início do ano de 1914, a Cidade Santa de Taquaruçu viu o céu desabar em trovão e fogo. As tropas da repressão ocuparam localização estratégica: alto de uma colina que fica a menos que um quilômetro de Taquaruçu (Imagem 2). Conforme registrado nos arquivos oficiais, estiveram presentes 754 homens, entre militares e vaqueanos, um comboio de mais de 140 animais, seções de metralhadores e artilharia. De acordo com Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 221), “mais de 200 casas e uma igreja foram destruídas pelos 175 tiros de granadas explosivas, tipo Schrapnell”.

O ataque ocorreu no dia 8 de fevereiro e teve início às 12 horas. Os poucos homens que reagiram, gritavam, aos soldados, que tivessem a coragem de enfrentamento corpo a corpo. Eles diziam: “Avança peludo! Pé redondo vem brigar a ferro branco! Viva José Maria! Viva a Monarquia!” (Peixoto, 1920, p. 112). Peludo e pé redondo são expressões populares de identificação do diabo, portanto, na linguagem corrente da época, o convite ao enfrentamento proferido pelos fiéis de José Maria poderia significar algo como “filhos do cão, venham nos enfrentar com coragem e bravura.” O monarquismo vigente na Santa Irmandade, em início do século XX, estava relacionado a uma concepção sagrada, que incluía santos e realezas sagradas. Também designava, conforme notado por Márcia Espig, “uma idade de ouro que [os fiéis] desejavam restaurar, em um processo de criação de imaginário no qual figuras divinas, reis poderosos, códigos ancestrais de conduta e de moral jogaram um peso poderoso” (Espig, 2023, p. 263).

Apesar da convocação guerreira feita pelos homens da Santa Irmandade, os oficiais do exército tinham outros planos. A estratégia era manter o ataque à distância, testando máquinas mortíferas, como canhões e metralhadoras, que pela primeira vez eram experimentados em larga escala contra a população civil nessa região. Um oficial do exército escreveu que “às 12 horas a artilharia do tenente José Júlio, ladeada pelas metralhadoras dos tenentes Peixoto e Isaltino, vomitavam, em lampejos sucessivos, sobre o reduto à vista, as descargas

poderosas [...]” (Peixoto, 1920, p. 112). Outro militar asseverou: “em pouco tempo os canhões começaram a fazer arder algumas casas do reduto” (Assumpção, 1917, p. 257). O ataque seguiu por quase quatro horas sem cessar. Mas a resistência foi intensa, tal como aparece nas avaliações feitas pelos próprios militares da época:

A luta desproporcional não enfraquecia, no entanto, aos enfurecidos redutários. A cada intervalo para colocação de novas fitas nas metralhadoras ou de remuniamento das bocas de fogo, surgiam os jagunços, como o vivório atordoador, empunhando as bandeiras brancas em que eles acreditavam o poder de abater cinquenta soldados cada vez que descrevessem três cruzeiros no ar (Peixoto, 1920, p. 113).

O mesmo oficial militar também escreveu: “Os disparos dos defensores mal alcançavam a distância da posição excelente das tropas; alguns tiros dos mais arrojados jagunços que, sorrateiros pelos matos, mais aproximavam, passavam sibilantes, acima das cabeças dos soldados e cavaleiro” (Peixoto, 1920, 113). Consta, nos depoimentos militares da época, que às 17h iniciou uma chuva torrencial que obrigou os homens da força de repressão a manterem-se no local do ataque e só vistoriar a comunidade em escombros no dia seguinte.

Conforme já informado, no ataque militar a Taquaruçu, a Cidade Santa tinha aproximadamente 200 casas e uma igreja, construídas de madeira e cobertas de palha de palmeira. O rápido crescimento da comunidade santa gerou graves problemas sanitários. Uma epidemia de febre tifoide teve início em Taquaruçu e, além das alegadas ordenações sagradas, esse fator esteve entre as motivações para a construção de nova Cidade Santa, conhecida como Caraguatá (cerca de 70 km de distância). Em função disso, no momento do bombardeio militar, a maior parte dos homens estavam ausentes. Pedro Felisbino, fundamentado nos relatos orais que colheu de sobreviventes do massacre, afirma que antes da maior parte dos fiéis partirem para construir Caraguatá, “preveniram-se, deixando setenta homens em trincheiras próximas ao reduto para proteger a Cidade Santa, mas os caboclos que sempre previam os acontecimentos, desta vez falharam, pois vigiaram o caminho errado” (Felisbino, 2013, p. 56). A ausência de homens de briga, o desequilíbrio de combatentes, para além da vantagem da tecnologia bélica das forças repressivas, são fatores que atestam a covardia do ataque e o título de massacre para o episódio histórico.

A violência desse ataque, milimetricamente planejado, impactou os próprios militares que conheceram de perto a situação dos homens e mulheres que criaram a Santa Irmandade de São José e São João Maria. O tenente Dermeval Peixoto escreveu: “Era o horror! Era a tremenda obra de cento e cinquenta granadas fulminantes, que durante três horas e meia caíram sobre o aldeamento [...]” (Peixoto, 1920n p. 114). Na mesma toada foi o depoimento de Antônio Alves de Cerqueira, médico e capitão do exército, que participou do massacre de Taquaruçu. Ao fazer parte da expedição que, na manhã do dia 8 de fevereiro de 1914 entrou na Cidade Santa de Taquaruçu, ele declarou: “fazia pavor e pena o espetáculo que então se desenhava aos olhos do espectador. Pavor motivado pelos destroços humanos, pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto” (Assumpção, 1917, p. 258). O mesmo oficial também escreveu que “em meio dos pedaços humanos, estatelada, olhos esgazeados, indiferente àquele espetáculo horrendo que a cercava, afagando o corpo hirto de um lutador, foi encontrada uma velha. Era uma louca” Peixoto, por sua vez, informou que “no interior do reduto tinham ficado as inconscientes vítimas das granadas: - crianças, mulheres e alguns velhos” (Peixoto, 1915, p. 114).

Em que pese o caráter retórico e literário das descrições acima, cuja função inclui demonstrar certa compaixão dos algozes pela morte dos inocentes, assim como cativar a atenção do leitor com descrições dramatizadas de uma cena de guerra – no estilo que Euclides da Cunha tinha imortalizado para Canudos –, não deixa de surpreender a violência do ataque, tampouco a minúcia da descrição militar que, seguramente, não deu conta de expressar o que significou, para quem estava na comunidade durante o bombardeio, o inferno enfrentado ao verificar que do alto da colina chovia fogo e morte. Sem contar, o desespero de constatar que a arma do inimigo mirava, indistintamente, mulheres, crianças, idosos e adoentados.

A memória de remanescentes desse bombardeio não se apresenta com menor virulência e trauma. Nos relatos colhidos por Pedro Felisbino, encontramos o de Maria Cândida Palhano, mais conhecida como Tia Canda:

[...] não queira nem sabê o que é que nós sofremo lá..., vinha canhão urrando em cima de nós e estourava..., saímo fugido meu pai e uma penca de gente pelo sertão brabo, subindo perau de

pedra com a criançada, nós puchando pela mão e de noite, dando o amanhecer do dia no campo das perdiz, na costa do campo..., morreu alguma gente ali, que eles tinha feito uns buracos para se entricheirarem, doze buraco, cheio de gente morta, depois que passava, nós ia com a mão lá acender vela e olhar, dava pena daquela gente, tavam sepultado mal e mal, tavam fervendo imundícia assim, por cima, em doze buraco... (Felisbino, 2013, p. 57).

As descrições militares contabilizaram os estragos materiais. Assumpção afirma que “Os propugnáculos dos bandoleiros – a igreja e as maiores casas da localidade – foram incendiadas pelos projéteis da artilharia que, incessantemente, os alvejava” (1917, p. 259). Em Peixoto (1920, p. 115), encontramos: “em volta ao casario viu-se uma extensa linha de buracos quadrados. Alguns desses fossos tinham enorme quantidade de cápsulas deflagradas; era o vestígio único da reação sem proveito.” No que acrescenta: “A variedade das armas dos jagunços foi então constatada pela multiplicidade variada dos estojos” (Peixoto, 1920, p. 115). O tenente Assumpção conclui seu relato sobre o massacre de Taquaruçu nos informando que, na mesma averiguação do sucesso militar do ataque, “depois de ter enterrado os cadáveres de bandoleiros ali encontrados, acabou por incendiar os casebres de taboas de pinho, que ainda existiam de pé” (Assumpção, 1917, p. 260). No que tange às mortes entre as forças de repressão, o mesmo oficial destaca que “foram quatro praças levemente feridas e uma gravemente, que veio a falecer antes de chegar ao posto médico de socorro” (Assumpção, 1917, p. 260).

Em que pese a contradição sobre corpos insepultos entre o relato militar e a memória de Tia Canda, o que existe em comum nos dois relatos é a dimensão bárbara do massacre. E tudo isso, porque ali havia sido fundada uma comunidade de iguais. Conforme Rodrigues (2021), essa comunidade rompeu com a lógica temporal dos dominadores, a ponto de um fiel do santo monge, habitante da Cidade Santa, ter resistido à intimidação de um frei católico que solicitou que toda a comunidade fosse desfeita e as pessoas voltassem para suas casas, sob pena de serem presas ou mesmo viverem em pecado. A resposta dada ao padre, após enxotá-lo do local, foi: “Liberdade! Nós estamos em um outro século” (Sinzig, 1934, p.72). Um século de presente alargado. De convívio e comunhão de todos e todas com santos e anjos, incluindo o monge João Maria. Presente que transferiu para o passado distante e superado a dominação dos coronéis, da igreja e dos jagunços que serviam aos interesses dos fazendeiros.

É na lógica desse presente divino, sob a inspiração de uma sociedade igualitária, que Taquaruçu, como acontecimento de tempo eterno, existiu. Na lógica do sentido de acontecimento, que em Deleuze é tratado como duplo, a face concreta, acidental, foi a cidadela destruída, foram os homens e mulheres mortos, foi o bombardeio ocorrido no dia 8 de fevereiro de 1914. Para além da parte acidental do acontecimento, lembra-nos Deleuze, existe o acontecimento puro. Aquele que não se efetuou e que se espraia em presente estendido, o que, na sua linguagem é da ordem da contra-efetuação. Acontecimento que, de alguma forma, espera ser reconhecido. E é sobre esse reconhecimento que falaremos a seguir. Ele se manifestou na organização de um movimento coletivo que ganhou o significativo título de Renascença Cabocla.

Grupo Cultural Renascença Cabocla (GCRC)

Renascença Cabocla. O grupo cultural nasceu da iniciativa do casal Anísio e Ezanir Prates, e tem se mantido também com a liderança de uma das suas filhas, Alzira Prates. Dona Ezanir, como geralmente é reconhecida, se autoidentifica como cabocla e descendente de família que esteve no centro da organização da Santa Irmandade de São José Maria: a família Palhano. O patriarca era Vidal Teixeira Palhano, falecido por volta de 1880. Seus filhos conviveram diretamente com o monge José Maria, sendo que, Tomaz, Ignácio e Miguel lutaram lado a lado com o monge na Batalha do Irani, de 1912. Na refrega, Miguel morreu em combate. Na memória de Tomaz, tal como coletada por Pedro Felisbino, constam os seguintes relatos:

Contou que em toda sua vida nunca tinha usado tanto o facão em golpes certos, pois na luta chegou a perder suas botas campeiras e quando se deu conta de que estava descalço, tirou o coturno de um soldado “que ainda estava meio esperneado”. Mas o pior ainda era a própria roupa ensanguentada, ele apalpava-se para verificar se estava cortado. Sentindo-se bem, tentou ajudar seu irmão que estava ferido. Depois, foi até uma sanga [rio pequeno], tomou banho e deu uma enxaguada na roupa, torceu, vestiu-se e saiu na direção de casa. Ainda meio perdido, avistou uns animais encilhados, com as rédeas e o bucal arrastando no capim e disse a ele mesmo: “é com este que vô”. Após uma semana de viagem estava de volta a Taquaruçu, mas seu irmão, Miguel, ferido de morte, não resistiu a viagem e ficou em Irani, aos cuidados de um agricultor, vindo a morrer mais tarde (Felisbino, 2013 p. 85).

Nessa linhagem familiar, dona Izanir figura como neta de Tomáz Palhano. Mas os vínculos embrionários dela com pessoas diretamente relacionadas ao homem que faz parte da legião de João Maria, não se faz apenas pela trajetória do avô e do tio-avô (Miguel). A descendência cabocla, que ela tanto se orgulha em manifestar, vem da união entre Tomaz Vidal Teixeira Palhano (nascido em 1868), com Maria Pereira Conceição, “índia que pertencia à tribo do Tordo” (Felisbino, 2013, p. 87). O casal teve 14 filhos, sendo a primeira filha nascida em 1890 e batizada com nome de Francisca. Os demais, conforme informado pelo mesmo pesquisador da localidade, são, por ordem de nascimento: Cecília, Avelino, Jorge, João, Marcos, Rosa, Catarina, Conceição, Pedro, Tide, Elias, Tina e Ângelo. Este, o caçula, é o pai de dona Ezanir Prates. A propriedade de Tomaz Palhano ficava a aproximadamente 1500 metros do local do massacre de Taquaruçu (Imagem 2).

Os descendentes de Vidal Palhano estiveram envolvidos na organização da Santa Irmandade de São José e São João Maria, assim como foram afetados diretamente pelo massacre de Taquaruçu. Sobre o ataque militar de fevereiro de 1914, temos mais alguns apontamentos efetuados pelo pesquisador Pedro Felisbino:

Avelino Palhano tinha doze anos. Fugiu junto com sua família para Santa Maria. Contam que em seu retorno para Taquaruçu, ao reconhecer o caminho, “se mandou na frente” de seus familiares. Mas chegando na comunidade, ficou em estado de choque, tamanha a destruição que seus olhos viram (Felisbino, 2013, p. 87).

Marcos Palhano, por sua vez, foi casado com Ana, que no tempo de convívio de José Maria naquela região, ganhou o título de virgem. Título atribuído a Cecília Palhano, que também conheceu, pessoalmente, José Maria. O pai de dona Ezanir, Angelo Pereira Palhano, nasceu depois da Guerra do Contestado (oficialmente finalizada em 1916), mas herdou dos irmãos e do pai os relatos detalhados do conflito. E é a partir deles que dona Ezanir constrói sua identidade de mulher cabocla do Contestado e repassa aos filhos e netos. É também com essa relação direta com a organização da Santa Irmandade, que o Renascença Cabocla se conecta, histórico e temporalmente, com a Cidade Santa de Taquaruçu e os ideais nela presentes.

Alzira Prates, que atua ao lado da mãe na organização do coletivo cultural, é professora da rede básica de ensino na Escola Linha Rodrigues de Moraes, do município de Monte Carlo/SC, outrora território conflagrado. Alzira é formada em pedagogia e história. Acompanha a mãe nas novenas, na cantoria, na recomendação das almas e nas rodas de conversa que dona Ezanir faz para o público no Renascença ou em espaços acadêmicos. Ela também faz parte da Rede de Educadores(as) caboclos(as), criada em 2022 por iniciativa de professores(as) e lideranças políticas da região, movimento tecido como uma rede construída por muitas mãos, com lideranças horizontalizadas e com projeto de reunir experiências político-pedagógicas em curso na região (Nascimento, 2024).

A sede do Renascença Cabocla fica na pequena propriedade rural da família Prates e está situada nos limites do município de Monte Carlo com Fraiburgo (Imagem 2). O Renascença dista pouco mais que um quilômetro do Museu do Jagungo e, por conseguinte, da localidade onde fora a sede da Cidade Santa de Taquaruçu. Há, desse modo, importantes conexões sociais, políticas, espaciais e étnicas entre o Renascença Cabocla e a Cidade Santa de Taquaruçu.

O nome, Renascença, anuncia algo relevante sobre esse vínculo. Trata-se de grupo que, através de práticas culturais e compromisso ético e político com os mortos da Santa Irmandade, tem como proposta fazer nascer de novo os ideais das comunidades criadas sob a crença de uma sociedade igualitária, unificada pela devoção, ainda presente e viva, em torno do monge João Maria. Embora Taquaruçu tenha sido erguida sob a devoção de José e de João Maria.

Seguindo as pistas abertas por Deleuze, poderíamos dizer que João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria, os três monges mais conhecidos pela historiografia, tal como demonstrado em Fachel (1995), são encarnações acidentais, concretas, de uma figura divinizada em vida, que a tradição cabocla reconhece como monge João Maria. Sabemos que no meio oeste catarinenses outros homens foram identificados sob a lenda de João Maria, mas que até meados do século XX outros curandeiros que atravessaram a região também receberam esse título. Nesse sentido, a entidade que catalisa a devoção cabocla na atualidade, é o sujeito puro, o que paira para além das figuras encarnadas e singulares. João Maria é um, mas também é uma legião.

Conforme observado pela antropóloga Tania Welter (2023), no imaginário local, o monge, como entidade sagrada, não morreu, mas se encantou no alto de uma serra da região que tem o sugestivo nome de Serra da Boa Esperança. E como encantado, João Maria segue aparecendo e ajudando as pessoas até o presente. Entre as suas habilidades constam:

Capacidade de onisciência, onipotência, onipresença, invisibilidade, inatingibilidade, longevidade ou imortalidade, capacidade de mudar de forma, ficar invisível, levitar ou se locomover sobre as águas, modificar o estado das coisas e interferir na vida das pessoas, conhecer o “coração dos homens”, punir pecadores, limpar aquilo que está sujo ou tornar sagrado aquilo que toca. João Maria é reconhecido também como exímio benzedor e profundo conhecedor de ervas medicinais e de procedimentos de cura (Welter, 2023, p. 364).

É esse sagrado que fez nascer a Cidade Santa de Taquaruçu no início do século XX, assim como é ele o catalizador das celebrações festivas e devocionais do Grupo Cultural Renascença Cabocla (GCRC). Em texto de apresentação da história desse grupo, publicado no *Facebook* em janeiro de 2018, consta que:

Desde 2006 o Grupo Renascença Cabocla possui sede própria nas dependências de um galpão rústico e decorado com objetos, ferramentas, instrumentos de trabalho do passado entre outros, localizada na comunidade Linha Morais, Município de Monte Carlo, na propriedade do senhor Anísio Prates (GCRC, 2018).

Somos informados, no mesmo perfil de rede social, que o nome, Renascença Cabocla, foi idealizado no ano de 2004 e que o grupo não almeja lucros, não possui personalidade jurídica e não recebe subvenções sociais de órgãos públicos. Tal observação diz algo sobre o coletivo: não se prender às amarras de autoridades políticas, bem como ganhar o respeito e a confiança da população local. Sob a rubrica de grupo dedicado à cultura é possível encontrar o enunciado que almeja o afastamento da política institucionais, mas que não deixa de ser político uma vez que resiste há mais de um século de desqualificação da causa cabocla da Santa Irmandade. Entre os muitos pontos de ligação entre os ideais da Santa Irmandade e o Renascença Cabocla um merece destaque: a construção de um mundo novo, longe das amarras da estrutura política oficial, o que deveria ser feito por meio de ações práticas, em organização coletiva.

Na sequência da postagem, é afirmado que o Renascença “busca somente o resgate da cultura cabocla da região” (GCRC, 2018). E, na ordem do passado que se almeja recuperar, inclui: “as rezas, as danças, as comidas típicas, os costumes e até alguns artesanatos” (GCRC, 2018). Renascer é o ato de nascer de novo, ressuscitar, acordar. Por meio dos rituais do Renascença, o passado “resgatado” se faz presente. Conforme destacado por Tania Welter e Pedro Martins:

Os remanescentes do Contestado utilizam formas próprias para vivenciar e rememorar os preceitos religiosos compostos por rituais (como Recomendação das Almas e Terço Cantado), símbolos santos (como São João Maria) e calendários próprios. Trata-se de uma religiosidade vivenciada em contextos domésticos ou em espaços públicos e geralmente coordenada por lideranças laicas locais, como rezadores/as, capelães, curadores/as e benzedores/as. É uma forma religiosa própria marcada pela autonomia institucional, criatividade, presença na vida cotidiana voltada à tradição (Welter; Martins, 2013, p. 97).

A recriação do sonho igualitário prometido por João Maria renasce na organização cultural por meio de clima festivo em uma sociedade comunitária. A memória dos antepassados de Taquaruçu é revivida à mesa, com farta comida, no traçar dos artesanatos, na tecnologia de construção de uma casa de (barro) como é a sede do Renascença, nas práticas de benzimentos, novenas e cantorias sagradas, tal como as conduzidas, hoje, por dona Ezanir Prates, e no passado, por mulheres como Querubina Ferreira do Santos, Teodora, Maria Rosa, Chica Pelega e os descendentes diretos de dona Ezanir: os homens e mulheres da família Palhano.

Acerca da composição social do Renascença, é dito:

Renascença Cabocla é formado por pessoas simples, honestas e trabalhadoras, que honram sua cultura e procuram viver de maneira a visar o bem comum, sem pretensões políticas ou econômicas. Está aberto para quem quiser participar, por livre e espontânea vontade, desde que possua os mesmos interesses que são buscar a união, a solidariedade, a cooperação e principalmente a organização das famílias, sem distinção de cor, sexo, partido político ou idade (GCRC, 2018).

Na sequência são enumerados alguns eventos comemorativos do Centenário do Contestado de que o coletivo participou, incluindo presença em debates e seminários acadêmicos e culturais, bem como depoimentos em dois importantes documentários lançados no contexto da efeméride. O primeiro,

Contestado: restos mortais, do cineasta Silvio Back (2012) e, o segundo, *Terra Cabocla* (2015), dirigido por Márcia Paraíso e Ralf Tambke.

A articulação direta do Renascença com a Cidade Santa de Taquaruçu aparece no último parágrafo do documento. Nele é dito:

Acreditamos que estudar o passado, mostrar aos mais novos como se vivia no sistema antigo, representa valorizar a vida em construção, significa preservar o que é bom, analisar aquilo que não serve mais, acima de (sic) tudo preservar a memória de um povo que lutou bravamente pelos seus ideais (GCRC, 2018)

Expressões como resgatar a cultura e ensinar os mais novos com exemplos do sistema antigo, podem assustar historiadores e antropólogos, para quem a cultura trafega pela história em transformações e ritmos internos que caminham com os movimentos da própria sociedade. No entanto, tais frases merecem ser analisadas não somente pelo que anuncia, mas sobretudo pela prática do grupo e pelo conjunto daquilo que escapa do trivial, a saber, a ideia de que se busca monumentalizar o bem comum, a memória da luta, a cooperação e a organização coletiva, sem distinções de classe, raça e gênero. É a busca pela celebração da vida em construção. Mas, que inclui no seu roteiro, a memória de quem lutou por ideais comuns.

Um coletivo que adota como nome o substantivo feminino Renascença quer nos indicar algo mais do que foi manifestado no texto de apresentação. Se o grupo expressa o renascimento dos ideais da Santa Irmandade, faz questão de vincular-se a caboclos e caboclas, ou seja, de mostrar que não se trata de qualquer memória, de qualquer luta e anseio de justiça. Não é qualquer renascença, mas a cabocla, tal como a tradição que foi transmitida pelos seus antepassados. Transmissão que se repete não apenas na oralidade, mas na forma de construir, na condução dos rituais religiosos, nas danças, no respeito à natureza e nas performances dançantes.

A composição étnica dos habitantes do Contestado é, portanto, outro importante elo entre o Renascença e Taquaruçu. Se hoje os remanescentes do conflito social se autoidentificam como caboclos, no passado essa era a característica racial mais comum entre os primeiros membros da Santa Irmandade de São José Maria. Não se tratava, como não se trata hoje, de uma

identidade por exclusão, visto que tanto no início do século, como no presente, homens e mulheres de matriz africana ou de descendência europeia fazem parte da comunidade reunida na tradição de devoção de São João Maria e mesmo nas ações comuns da Santa Irmandade. Mas o ponto focal dessa identidade é cabocla, por se identificar como herdeira de tradições indígenas. Herculano Teixeira de Assumpção, militar e historiador que atuou na repressão ao conflito, apesar de colocar-se diante dos que ecoam preconceitos sobre os habitantes da região do Contestado, nos dá algumas pistas sobre as características socioculturais dos caboclos e caboclas do meio oeste catarinense:

Conheceis o tipo rústico dos sertanejos do Contestado? Dar-vos-ei em poucas linhas. Existe o sertanejo de cor clara e o caboclo indígena. O primeiro tem grandes bigodes caídos, veste calça – bombacha, cobre-se com poncho-pala e calça coturnos enastrados de finas correntes de metal, que prendem as chilenas. O segundo tem a cor bronzeada, cabelos corridos e barba com raros fios; os seus olhos, vivos, sempre baixos, sem se fixarem no interlocutor, são atirados de soslaio e neles se estereotipam a desconfiança nata e o seu instinto geralmente perverso. Ambos, porém, andam armados dos pés à cabeça; no pescoço não prescindem do lenço de cores, na cabeça, do largo sombreiro e no corpo, do paletó muito comprido sobrepondo-se ao colete (Assumpção, 1917, p. 199).

Apesar das análises racializadas, muito comuns em sua época, Assumpção faz questão de mostrar a relação do caboclo com as comunidades indígenas, que eram numerosas no meio-oeste catarinense, mas em Taquaruçu, em especial, o povo Xokleng do qual uma antepassada de dona Ezanir Prates fez parte.

O caráter de gênero é outro ponto em comum que merece destaque na forma como o passado de Taquaruçu é vivido no presente. Gênero entendido em companhia de bell hooks (2019), especialmente quando a autora o define como uma categoria cultural e política usada para justificar a opressão das mulheres e o controle sobre suas vidas, mas também como um espaço para resistência e transformação. Sem negar o aspecto do controle e do silenciamento dos corpos femininos, cumpre destacar como algumas mulheres caboclas têm resistido e transformado a tradição da Santa Irmandade na atualidade.

Nesse sentido, se Querubina e Teodora formaram o par feminino que colocou em prática o sonho de uma sociedade igualitária, Izanir/Alzira Prates são,

hoje, as mantenedoras da energia vital do coletivo político-cultural chamado Renascença Cabocla e, por conseguinte, da transmissão da memória de luta e de coragem dos povos do passado. Coletivo político, além do cultural, porque na prática isso se evidencia de inúmeras formas: resistência, organização coletiva, culto aos antepassados, posicionamento sobre a relação com a natureza e o incentivo a uma agricultura familiar. Como aparece em uma das canções performadas por elas na sede do grupo, e também disponível no Facebook: “Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher” (GCRC, 2018). As danças, as histórias e conselhos contados ao redor do fogão à lenha, as memórias dos antepassados, o louvor à produção agrícola nas pequenas propriedades rurais, a defesa às nascentes de água e à natureza, de forma geral, tudo passa pelas histórias contadas por dona Ezanir. E cada ação é remetida às recomendações que teriam sido dadas pelo monge.

O recorte de classe das Cidades Santas – Taquaruçu e Renascença – se afiguram também na lógica de um presente eterno que tem na prática do *pixurum* outro ponto de ligação e permanência que sobrevoa o tempo cronológico. *Pixurum*, ou *pixurum*, é uma espécie de mutirão, um trabalho coletivo em prol de ação comum. Na região do Contestado é uma prática costumeira entre pequenos e médios proprietários de terras e posseiros que se organizam na comunidade para a lida na roça. Segundo Gemeli,

O *pixurum* era uma reunião de trabalho, caracterizado pela ajuda mútua. Tecia importantes relações de sociabilidade e confiança, até porque o trabalho não era regido por uma prática mercadológica, os convocados para o trabalho não recebiam valor monetário, mas quando fosse preciso convocar o *pixurum* para trabalhar em seu benefício, era prontamente atendido por essa relação de troca de dias de serviço, tratava-se de um compromisso moral. A alimentação durante o dia de trabalho, era dever intrínseco ao caboclo que convocava o *pixurum*, e, via de regra, era atividade da companheira/esposa que preparava o almoço, enquanto os homens trabalhavam na roça. O consumo de cachaça, também fazia parte do trabalho, era comum o preparo de caipiras ou a ingestão da bebida pura, entre uma e outra etapa do dia do trabalho. No final do dia, o *pixurum* era encerrado com uma comemoração, um baile caboclo ou o baile do *pixurum*, com música, comida e bebida, que iniciava logo após o término do trabalho e se estendia madrugada adentro ou mesmo até o dia clarear (Gemelli, 2017, p. 74).

Alexandre Tomporoski acrescenta que:

Considerando que o trabalho coletivo era fator preponderante na vida da população pobre do planalto contestado, mostra-se razoável supormos que os elementos de solidariedade que envolviam o pixirum rompiam ou amenizavam certas barreiras, inclusive de caráter étnico. As diferenças entre elementos de grupos étnicos distintos poderiam ser suplantadas pela necessidade de ajuda para o trabalho e pela noção de solidariedade. Como os pixiruns reuniam praticamente as mesmas pessoas diversas vezes ao longo do ano, a tendência era de uma aproximação entre os indivíduos do bairro (Tomporoski, 2013, p. 74).

Tal como no pixirum, a lógica da organização do Renascença dá-se de forma coletiva, em ajuda mútua, em trabalho de mutirão, como o que foi realizado para a construção do barracão que sedia o grupo. No documentário, *Terra Cabocla* (2012), dona Ezanir Prates explica que durante a Guerra do Contestado os membros da Santa Irmandade foram perseguidos, perderam suas terras, não tiveram oportunidade de enterrar seus filhos, seus pais, seus parentes. E desde aquela época, nunca puderam se desenvolver economicamente. A matriarca do Renascença atribui à perseguição política e à violência militar muitos dos males que afligem as populações rurais empobrecidas no meio oeste até os presentes dias.

O Renascença, em sua prática cotidiana, em sua proposta de família ampliada, em seus ritos festivos, na lógica do trabalho coletivo, na defesa da pequena propriedade e de agricultura sustentável, suspende o ritmo do tempo acelerado do capitalismo e abre uma fenda na temporalidade histórica cronológica para comungar do presente histórico alargado do acontecimento da Santa Irmandade de São João Maria, o mesmo acontecimento que se encarnou na Cidade Santa de Taquaruçu em 1914 e, hoje, se materializa no Renascença. Com a diferença que no início do século os fiéis tentaram uma vivência integralmente descolada do mundo exterior. Hoje, a Santa Irmandade de São João Maria, encarnada no Renascença Cabocla, não tem como exigir dos seus membros vida integral na sede do grupo, na lida com a agricultura, na prática dos rituais deixados pelo monge.

Assim como Alzira Prates, que trabalha como professora no município de Monte Carlos, muitos outros(as) participantes desse coletivo também possuem

sua rotina dividida com outras tarefas e atividades regidas pelo tempo do trabalho formal, neoliberal, acelerado, compartimentado. Mas quando se encontram no Renascença, ali eles se conectam com o presente eterno, divino e alargado da Santa Irmandade. E dançam, e cantam, e comem, e rezam e celebram a vida. Vida coletiva, comunitária, comum, do hoje e do ontem. Nos rituais do Renascença, eles se encontram no limiar de um presente alargado, aquele que não se consolidou em Taquaruçu devido à violência político-militar que assassinou pessoas, estilhaçou sonhos, mas não conseguiu apagar as potências do acontecimento maior que são os ideais da Santa Irmandade. Embora não consolidado, o sonho da Santa Irmandade resistiu ao tempo e hoje renasce ao recuperar a potência do ser do acontecimento que se materializou à época.

Considerações finais

Se os vínculos culturais, sociais e políticos entre o Renascença Cabocla e a Cidade Santa de Taquaruçu foram cruzados na presente análise, resta retomar o argumento central, reelaborando a questão problema: Renascença Cabocla e Santa Irmandade habitariam o mesmo tempo histórico? Seguindo a lógica de Cronos, seguramente não, afinal, 2004 (data de emergência do coletivo) não é 1913 (data dos primeiros movimentos em direção à Cidade Santa de Taquaruçu). Mesmo que o poderio político dos coronéis siga oprimindo os menos favorecidos economicamente, mesmo que a crença em João Maria tenha resistido a mais de um século de opressão, mesmo que os vestígios da violência militar (bombas, projéteis, armas) tenham sido transbordados no cultivo dos campos agrícolas da região, ainda assim, o evento singular que chamamos de Santa Irmandade, não é o mesmo do Renascença.

No início do século eram inúmeras famílias, 200 casas e uma igreja. Hoje, o coletivo, como nos lembra Alzira Prates em depoimento, é composto por aproximadamente 10 famílias regulares e outras que participam em momentos pontuais, como o de festas. E mesmo que o Renascença se abra para diversos núcleos familiares, para escolas e coletivos sociais que para lá se dirigem para lembrar, juntos, o sonho da sociedade igualitária das cidades santas, o Renascença não é Taquaruçu.

Se, conforme vem sendo sugerido, Santa Irmandade e Renascença, embora situados em dois contextos históricos distantes, compartilham, ao menos em nível existencial, o mesmo tempo histórico; se ambos compartilham, por meio de inúmeras conexões, uma temporalidade que Deleuze identifica como presente divino, ou presente da eternidade, resta indicar quais foram as condições de emergência, primeiro da criação da cidade Santa em 1913/14, segundo do Renascença em 2004 e, por fim, os fatores que permitiram que o encontro entre Renascença e Taquaruçu, malgrada a distância cronológica, se ancorasse em presente alargado, potencial ou divino.

No primeiro caso, Taquaruçu nasceu dos fatores que desencadearam uma crise no sistema coronelístico da Primeira República, potencializada pela devoção em torno da figura dos monges, mas muito fundamentada na crença que pequenos proprietários de terras, posseiros e agregados depositaram nos sonhos de Teodora. Por meio dele, o monge, muito conhecido e respeitado pela comunidade local, convocava as pessoas a viver em comunidade com a promessa de que lá todos seriam iguais. No segundo caso, é preciso lembrar que de acordo com o manifesto do Renascença, publicado na rede social, o aquecimento da memória sobre o Contestado ocorreu durante a década de 1980, momento em que alguns pesquisadores entrevistaram sobreviventes, mas se concretizou com a organização da sede em 2004. Esses dois marcos cronológicos dizem respeito a dois eventos importantes.

O primeiro foi a política de demarcação de monumentos históricos sobre o Contestado instituída pelo governador Esperidião Amin e manifesto em sua ação oficial de monumentalização da figura do homem do Contestado como elemento típico da identidade catarinense (Machado, 2023). O ano de 2004, por sua vez, é posterior à criação do Museu do Jagunço, vizinho da sede do Renascença, e sugere uma disputa e divisão da memória do conflito no interior da comunidade. Divisão que revela opções diferentes de não deixar esquecer o que ocorreu na região. No museu, por meio de objetos da opressão militar, no Renascença pela recriação da vida comunitária.

Nos dois casos, no entanto, contribuiu o processo de aquecimento da memória local, tanto pelas autoridades oficiais durante o governo de Amin, quanto

por intelectuais interessados no assunto que nas entrevistas coletadas para suas pesquisas, convocaram os sobreviventes do massacre (e seus descendentes) a narrar o acontecido. Não menos importante é o fato de a terra começar a revolver do seu útero vestígios materiais do massacre, devolvendo aos moradores da região projéteis, armas e estilhaços que vitimaram homens e mulheres de Taquaruçu. O encontro do Renascença com Taquaruçu, o fato de haver um encontro prometido do presente com o passado, fazendo com que compartilhassem uma mesma temporalidade, a do presente divino, diz respeito à forma como as tradições, ritos e experiências deixadas pelo monge acabaram sendo incorporadas na prática do grupo cultural.

Mas, se retomamos as pistas abertas por Deleuze sobre a temporalidade do acontecimento, é possível que avancemos na discussão e tragamos algo novo sobre os vínculos entre o Renascença e Cidade Santa, entre o presente e o passado, mas também sobre a própria concepção de presente e de passado. Como vimos, o Renascença vive de uma organização coletiva que tem como centro a celebração dos antepassados que atuaram na Guerra do Contestado. Mais precisamente, a comunidade existe para levar adiante os ensinamentos deixados pelo monge João Maria. E são eles: as tradições de fé, o batismo doméstico, a defesa das nascentes de água (consideradas águas santas e chamadas, na região, de Olhos D`água de São João Maria), o cuidado com os mortos por meio da Recomenda de Almas, a defesa pelo direito à terra e a produção agrícola para todas as pessoas.

Nesse sentido, o Renascença estabelece uma relação direta com a Santa Irmandade, mais especial, com a Cidade Santa de Taquaruçu, que se avizinha à sede do coletivo cultural. Relação que recupera os ideais do acontecimento, em sua dupla face: efetuação e contra-efetuação, corporificado em Taquaruçu, ilimitado na concepção ideal da Santa Irmandade. Sonho de vida comunitária interrompido em sua forma encarnada, de Taquaruçu vivido por Teodora, Querubina, Manoel, Joaquim, Eusébio, Linhares, assim como pelos descendentes diretos de dona Ezanir Prates, a família Palhano, em especial sua avó indígena, nomeada pelo batismo cristão de Maria Pereira Conceição. Mas é também nas práticas festivas, nas performances dançantes (que contam, pelo corpo e pelos

rituais, as histórias de luta e de resistência das cidades santas) que o Renascença se junta a Taquaruçu e cria um elo, um tempo comum, entre o passado e o presente. Tempo que podemos chamar, com Deleuze, de tempo eterno. Não é tanto pelo Renascença, como sede material do grupo na atualidade, que verificamos um acontecimento comum, um presente alargado. Isso porque, em que pese a proximidade espiritual, ritualística e até física entre o Renascença e o açude que hoje cobre o espaço que antes abrigou Taquaruçu, todos fazem parte da ordem accidental do acontecimento. Trata-se, aplicando a linguagem proposta por Deleuze, de sua face material, ou efetuada.

O presente eterno que unifica o Renascença Cabocla e a Cidade Santa de Taquaruçu está naquilo que conecta os ideais de sociedade, os projetos de futuro, as formas de celebrar a vida em comunidade. Se o acontecimento, como brilho e esplendor, carece de um corpo material que o abrigue, lembra-nos Deleuze, “ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (2015, p. 152), ou seja, no contexto da Santa Irmandade, o acontecimento de 1914 abriu uma fenda no tempo histórico e alargou-se em presente divino ficando à espera de ser recuperado. Na concepção de presente divino do filósofo, isso pode ser evidenciado no ponto em que ele anuncia:

Assim, o maior presente, o presente divino, é a grande mistura, a unidade das causas corporais entre si. Ele mede a atividade do período cósmico em que tudo é simultâneo:
Se querer o acontecimento significa primeiro captar-lhe a verdade eterna, que é como o fogo no qual se alimenta, este querer atinge o ponto em que a guerra é travada contra a guerra, o ferimento, traçado vivo como a cicatriz de todas as feridas, a morte que retorna querida contra todas as mortes (Deleuze, 2015, p. 152).

Renascença e Taquaruçu. Presente do passado, e passado presente. Tudo ligado pela simultaneidade expressa nos ritos e no desejo de vida e memória efetuada nas atividades do coletivo cultural contemporâneo. No Renascença se misturam os conselhos de João Maria, a força das mulheres e homens que lutaram por uma sociedade igualitária e o desejo de uma vida justa e digna para os caboclos e caboclas do Contestado. Nesse sentido, é possível pensar o Renascença como “vestígio”, tal como abordado por Christina Sharpe (2023), ou seja, como uma condição de existência para as populações caboclas do

Contestado que foram marcadas pela violência e desumanização⁴. Mas "vestígio" também como um espaço de sobrevivência, criatividade e resistência, no qual as pessoas reimaginam modos de ser e de viver. O Renascimento como vitória da vida contra todas as mortes, Taquaruçu como cicatriz que é marca presente de uma ferida aberta no passado. Taquaruçu, cicatriz. Renascimento, guerra pela vida. Renascimento corpo vivo, que identifica e exhibe a ferida, não apenas para denunciar o massacre, mas principalmente para vencer a morte. E vencer a morte era também parte do acontecimento que foi a Cidade Santa de Taquaruçu. É por esse motivo que muitas pessoas se conectaram com o sonho da menina Teodora e se dispuseram a recomeçar a vida naquele lugar sagrado.

Essa concepção de tempo histórico, o presente vivo, eterno, espiritual do acontecimento, impõe um desafio à temporalidade histórica, via de regra, trabalhada no campo da história do tempo presente. Em especial aquela que delimita o presente do campo à última catástrofe, ou ao corte cronológico da história recente. O presente da eternidade, como presente alargado, pode, no sentido deleuziano, ter se efetuado em recortes cronológicos bem distantes da testemunha viva, da vida frágil do historiador, e mesmo da atualização do fato histórico como pulsão, como representação ou imaginário atualizado no presente. Ele pode se repetir nos presentes futuros regidos por Cronos. Ele pode ter ocorrido em tempos remotos, em séculos e séculos atrás. Mas como contra-efetuação, como ser, como incorpóreo, esse presente que nunca é passado, sempre deixa sinal e espera que alguém o reconheça e a ele se junte.

Quando isso acontece, como ocorreu no vínculo do Renascimento com a Santa Irmandade, ele é mais do que passado que não passa, visto que por diversas décadas Taquaruçu, como acontecimento singular, esteve esquecido e não se efetuou em presença viva na região. Ele também não se sustenta apenas na

⁴ Sharpe constrói sua reflexão a partir da experiência das populações negras na diáspora. Ela denuncia o racismo e destaca "vestígio" como categoria que reflete como as instituições e estruturas de poder foram moldadas pelo legado da escravidão e continuam a perpetuar desigualdades raciais, mas também como ele é sentido no corpo das pessoas negras, que carregam traumas históricos e atuais, mas que, ao mesmo tempo, transformam esse fardo em resistência. O uso da categoria, aplicada aos caboclos e caboclas do Contestado, não apaga o sentido crítico, político e afetivo construído pela intelectual, mas busca expandi-lo para sujeitos outros que tiveram seus corpos marcados pela violência, pelo racismo e pela experiência de luta e resistência, como é o caso dos remanescentes do Contestado no presente.

condição de análise de usos do passado, visto que, em nossa defesa, trata-se de uma temporalidade única, a do presente eterno, presente espiritual ou presente divino. Ele sempre existiu em latência e esteve pulsante, à espera de reconhecimento. E no caso aqui analisado, esse momento ocorreu a partir de condições demonstradas.

Pensar a história, ou melhor, a temporalidade histórica, a partir dessa concepção de tempo, impõe desafios outros ao campo historiográfico da história do tempo presente. Um deles é incluir no repertório de suas pesquisas o reconhecerimento, efetuado pelo historiador e pela historiadora, quando esse encontro acontece. E, ao reconhecê-lo, reivindicar esse acontecimento como área de interesse da história do tempo presente, como parte da temporalidade do mesmo presente que faz do campo algo diferencial da história da historiografia tradicionalmente consolidada. Implica também reconhecer que as relações que o presente estabelece com o passado são muito mais complexas do que aquelas que herdamos da tradição disciplinar historicista da modernidade europeia. Resta saber se estamos preparados para isso.

Referências

ALLIER MONTAÑO, Eugenia; VILCHIS ORTEGA, César Iván; VICENTE OVALLE, Camilo (org.). **En la cresta de la ola:** debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida:** sobre la historia del presente. Madri: Alianza Editorial, 2004.

ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira de. **A Campanha do Contestado:** as operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas de Gerais, 1917. v. 1.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presente da história. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-229.

BÉDARIDA, François. A responsabilidade do historiador expert. *In:* BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: FGV, 1998. p. 145-154.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 29 out. 2024.

DELEUZE, Giles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 29 out. 2024.

DUMOULIN, Olivier. Événementielle [acontecimal] (história). *In*: BURGUIÉRE, André (coord.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 315- 316.

ESPIG, Márcia Janete. O monarquismo sertanejo. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 256-264.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 1995.

FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo**. 2. ed. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2013.

GEMELLI, Diane Daniela. O trabalho no Contestado: da racionalidade cabocla à lógica capitalista da Lumber. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 78- 91, 2017.

GCRC - GRUPO CULTURAL RENASCENÇA CABOCLA (Brasil). **Grupo Renascença Cabocla**, Taquaruçu, 30 jan. 2018. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100076925727055>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GOOGLE EARTH. [California]: Google LLC, c2024. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUNRATH, Gabriel. **Não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)**. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023. *E-book*.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Apropriações do Contestado: de assunto maldito a ícone identitário. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 383-388.

MUDROVICIC, María Inés. Políticas do tempo, políticas da história: quem são meus contemporâneos. **Médium**, [s. l.], 21 ago. 2021. Disponível em: <https://joaopgarcez.medium.com/mar%C3%ADa-in%C3%A9s-mudrovcic-pol%C3%ADticas-do-tempo-pol%C3%ADticas-da-hist%C3%B3ria-quem-s%C3%A3o-meus-contempor%C3%A2neos-e71f65c52c37>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NASCIMENTO, Eduardo do; NASCIMENTO, Patrícia Frangelli Bugallo Lopes do; PERES, Willian Douglas Gomes; SOUZA, Jilson Carlos; RODRIGUES, Rogério Rosa. A rede cabocla de educadores do Contestado. **DRd – Desenvolvimento RegionalEmDebate**, Canoinhas, v. 14, p. 21-42, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/4749>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NORA, Pierre. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 179-193.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1920.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policromia e performatividade. **Revista História**, São Paulo, v.42, e2023036, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GGKKXPMxkRBds3rL3sKNGBc/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2024.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Tempo-do-agora (Jetztzeit), história do tempo presente e Guerra do Contestado. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, p. 1-40, 2021. Número especial. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803ne2021e0111>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SHARPE, Christina. **No vestígio: negridade e existência**. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, Luiz Carlos da. Jagunços, coronéis e caboclos: museus catarinenses e sítios históricos sobre o Contestado. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 406-420.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Bauru: EDUSC, 2003.

SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Editora Vozes, 1934.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto**

contestado, 1910-1940. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

WELTER, Tania. O profeta do povo: São João Maria na atualidade. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 358-365.

WELTER, Tania; MARTINS, Pedro. A presença da população cabocla. *In*: SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA; ROCHA, Isa de Oliveira (org.). **Atlas geográfico de Santa Catarina**: Estado e território: fascículo 1. Florianópolis: Editora UDESC, 2013. p. 90-101.